

Legislação - Educação Especial

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em especial os art. 58, 59 e 60 (Da Educação Especial) – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, ressaltando a educação especial nos artigos citados. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 – Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm

Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010 – que Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm

Lei nº 12.764/2012, de 27 de dezembro de 2012 – Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm

Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 – Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm/

Decreto 7.611, de 17 de novembro de 2011 – Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm

Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001 – Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>

Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009 – Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf

Resolução CEE nº 456/2016 – Fixa normas para a Educação Especial e para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) dos alunos com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), Altas Habilidades/Superdotação no âmbito do Sistema de Ensino do Estado do Ceará. Disponível em:

<http://www.cee.ce.gov.br/phocadownload/resolucoes/resolucao%20n%200456.2016.pdf>

Nota Técnica SEESP/GAB/nº 19/2010, de 8 de setembro de 2010 – Orienta a contratação de profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados nas escolas comuns da rede públicas de ensino. Disponível em:

http://www.mpba.mp.br/atuacao/infancia/educacao/especial/nota_tecnica_seesp_8_9_2010.pdf

Nota Técnica nº 28/2013/MEC/SECADI/DPEE, de 21 de março de 2013 – Orienta o uso do Sistema de FM na Escolarização de Estudantes com Deficiência Auditiva. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13288-nt28-sistem-defic-audit&category_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192

Nota Técnica nº 35/2016/DPEE/SECADI/SECADI, de 15 de abril de 2016 - informa sobre a Portaria nº 243/2016, a qual estabelece critérios para o funcionamento, a avaliação e a supervisão das instituições públicas e privadas comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos especializadas em Educação Especial.

Disponível em: http://undime.org.br/.../phpG9758o_571f7b68201f4

Portaria nº 243, de 15 de abril de 2016, publicada no DOU de 18 de abril de 2016 - Estabelece os critérios para o funcionamento, a avaliação e a supervisão de instituições públicas e privadas que prestam atendimento educacional a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.